

Governo português quer as "provas" de que falou Samora

O Governo português admite a possibilidade de pedir ao governo moçambicano as provas do alegado envolvimento de governantes de Lisboa com a Renamo, apurou «O Jornal» de fontes próximas do primeiro-ministro Mário Soares. Entretanto, estão a ser accionados mecanismos legais para impedir as actividades da Renamo em Portugal.

Apesar da firme determinação em não levantar problemas às autoridades moçambicanas pelas propaladas acusações de envolvimento de personalidades portuguesas da área do Executivo com a Renamo, o Governo de Lisboa admite a possibilidade de solicitar ao governo de Maputo as provas e as «listas» de que, na semana passada, falava o presidente Samora Machel.

Segundo fontes oficiais e oficiais do Governo português, não existe qualquer envolvimento, nem sequer contactos, entre membros do executivo de Lisboa e a Resistência Nacional Moçambicana.

No entanto, figuras de relevo da hierarquia moçambicana, com os ministros Joaquim Chissano e Jacinto Veloso e o governador da província da Beira, Marcelino dos Santos, têm vindo a afirmar, publicamente, que a existência da chamada «componente portuguesa» da Renamo se deve à passividade, ou cumplicidade, das autoridades portuguesas perante a movimentação dos «bandidos armados» em Portugal.

Na sexta-feira passada, durante conversa informal e amigável que teve com os embaixadores acreditados em Maputo, numa cerimónia de apresentação de votos de bom ano, o presidente Samora Machel foi mais longe.

Pedir as «provas» de que «não existem»

Cumprimentando o encarregado de negócios da Embaixada de Portugal, João de Deus Ramos (a representar a missão diplomática portuguesa em Maputo por ausência, em Portugal, do embaixador Paulouro das Neves), o presidente moçambicano afirmou que possui listas dos elementos da Renamo que actuam em Portugal e provas do envolvimento de membros do Governo português na conspiração contra a República Popular de Moçambique.

No entanto, Samora Machel deu a entender que não pretende utilizar as alegadas provas contra as autoridades portuguesas, justificando: «Nós não queremos fazer escândalo, porque Mário Soares e o Presiden-

te Eanes são nossos amigos.»

Ocupado com os retoques finais no Orçamento do Estado, o primeiro-ministro Mário Soares não terá mostrado grande preocupação perante as afirmações do presidente Samora Machel, tendo-se negado a comentá-las publicamente.

Finalizados os trabalhos do Orçamento do Estado, o Governo português admite, agora, a possibilidade de pedir ao Governo moçambicano as provas referidas por Samora Machel.

As nossas fontes salientam, contudo, que o Governo português está consciente de que essas provas não existem, temendo que esta solicitação de Lisboa a Maputo possa colocar o presidente Samora Machel numa situação difícil. Daí, por outro lado, a dificuldade do Governo português em formular o pedido a Samora Machel. «Isto porque — dizem as nossas fontes — o presidente Samora Machel também é nosso amigo.»

Agravamento da situação interna em Moçambique

Mas que significado têm, então, as polémicas afirmações de Samora Machel em Maputo? Mais um golpe da contra-informação de Pretória? Alibi para os insucessos no diálogo da Frelimo com a Renamo?

Fontes diplomáticas portuguesas referem como já pouco

provável a interpretação de as «provas» contra os governantes portugueses terem sido forjadas pelos serviços secretos sul-africanos.

As mesmas fontes inclinam-se mais para a interpretação de que, perante o agravamento da situação interna em Moçambique (não só o reforço das actividades armadas da Renamo, mas também a radicalização da chamada «linha dura» da Frelimo), Samora Machel se sintia na necessidade de culpabilizar o Governo da antiga potência colonizadora, por não silenciar as posições da RNM no seu território.

O governo moçambicano sabe, no entanto, que é impossível o silenciamento da Renamo, como da UNITA, nos órgãos de comunicação social portuguesa, porque a Imprensa em Portugal é livre e pluralista, informando sobre as mais diversas correntes de opinião.

Procurador-geral da República elabora parecer sobre a Renamo

No que respeita ao controlo e punição das actividades da Renamo em Portugal, o problema — já por diversas vezes explicitado ao Governo moçambicano — é o da ausência de mecanismos legais para o caso de cidadãos portugueses pertencentes à RNM.



Samora Machel
«Não queremos fazer escândalo...»

No entanto, algo está a avançar nesta questão: segundo apurou «O Jornal» de fontes ligadas ao primeiro-ministro cabo-verdiano dos Negócios Estrangeiros, Silvino da Luz — em visita oficial ao nosso país — que, finalmente, deverão ser criados mecanismos para impedir as actividades da Renamo em Portugal.

Dado os rebeldes da Renamo que actuam em Portugal serem cidadãos portugueses, o Governo português espera poder equacionar um enquadramento jurídico capaz de punir organizações e indivíduos que reivindicavam raptos e mortes de portugueses no estrangeiro.

Sabemos que o Ministério dos Negócios Estrangeiros já colocou o problema ao Ministério da Justiça e aguarda um pormenorizado parecer do pro-

curador-geral da República sobre a matéria.

«Estamos à espera que as autoridades judiciais nos comuniquem como é que isto deve ser feito», dizem-nos fontes próximas do primeiro-ministro Mário Soares.

Saliente-se que o Governo português levantou, recentemente, um processo-crime contra o cidadão Paulo Oliveira, jornalista de «O Dia» e porta-voz da Renamo em Portugal, por este ter assinado um comunicado em que se afirmava que a Embaixada de Portugal em Maputo passara passaportes falsos a elementos da SNASP (Serviço Nacional de Segurança Popular), polícia secreta moçambicana.